

## **COMPREENSÃO DE INCLUSÃO DIGITAL NA VISÃO DE JOVENS DA PERIFERIA DO RECIFE: UMA PERSPECTIVA AINDA INSTRUMENTAL**

Flávia Barbosa Ferreira de Santana – UFPE

Maria Auxiliadora Soares Padilha - UFPE

### **Resumo:**

Este artigo tem como objetivo discutir a compreensão de inclusão digital de jovens que participam de um projeto de inclusão digital da Prefeitura do Recife: a Escola Itinerante do Recife. Utilizamos como instrumento de coleta de dados o formulário eletrônico GDocs e fizemos uma Análise de Conteúdos das respostas dos alunos. Os resultados demonstram que os jovens participam de redes sociais na internet e utilizam recursos digitais variados. Além disso, consideram-se incluídos digitais e esperam, dessa inclusão, poder estar preparados para os desafios da sociedade contemporânea. Entretanto, a visão dos mesmos sobre as possibilidades dessa inclusão se resume, basicamente, à instrumentalização técnica dos recursos e inserção no mercado de trabalho, o que pode ser considerado um aspecto da inclusão digital. Essa visão, entretanto, desconsidera outros aspectos necessários a uma inclusão digital efetiva, como a dimensão cognitiva e a dimensão política. Entretanto, ainda é necessário um esclarecimento geral, não apenas para os ofertantes dos projetos de inclusão digital, mas também para a sociedade em geral, das possibilidades de inserção social que a inclusão digital pode oferecer.

**Palavras-chave:** Inclusão Digital; Tecnologias da Informação e Comunicação; Periferia; Jovens.

### **Introdução: Tecnologias da Informação e Comunicação e Inclusão Digital**

As novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), principalmente o uso do computador, provocam profundas mudanças na sociedade, como: alteração da percepção da realidade, do tempo e do espaço; aumento da exclusão socioeconômica; ampliação de mercados; possibilidade de construção de cidadãos mais competentes,

qualificados e críticos; aumento do desemprego; exigência de uma nova educação; promoção do acesso a inclusão social, entre outros. Segundo Guerreiro (2006),

A tecnologia, ao mesmo tempo em que passa a ser responsável pela melhora dos bens e serviços consumidos pela sociedade, também interfere histórica, social, econômica e culturalmente, provocando mudanças radicais no modo de agir, sentir e pensar da humanidade (GUERREIRO, 2006, p.171).

Ainda segundo Guerreiro (2006), "a comunicação assume lugar de destaque: produz riqueza pela capacidade de pensar e usar a criatividade" (p. 77). Vale destacar também que há uma ligação entre tecnologia e relações de poder e de dominação ampliando situações de exclusão e de dominação ao manter hegemonias há muito consolidadas. A exclusão digital, neste caso, tem sido apresentada, nos discursos governamental, não-governamental e, inclusive do setor privado como determinante para a manutenção dos papéis sociais, ao gerar diferentes formas de acesso a diferentes camadas sociais.

É certo que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) convergem gradativamente com as relações sociais, políticas e econômicas em nossa sociedade atual. Warschauer (2006), parte da premissa de que "a capacidade de acessar, adaptar e criar novo conhecimento por meio do uso da nova tecnologia de informação e comunicação é decisiva para a inclusão social na época atual" (WARSCHAUER, 2006, p. 25).

Quando considerada um fator de combate à exclusão social, a inclusão digital assume a intencionalidade de desenvolver projetos que busquem equalizar as oportunidades, diminuindo as desigualdades e aumentando as oportunidades, sejam elas educacionais, de trabalho ou de renda. Acreditamos, assim como Sorj e Guedes (2005) que,

embora aceitemos que as novas tecnologias não sejam uma panacéia para os problemas da desigualdade, elas constituem hoje uma das condições fundamentais da integração na vida social (SORJ; GUEDES, 2005, p.14).

Inicialmente, inclusão digital pode ser entendida como uma forma de proporcionar o acesso às novas tecnologias, mas, nos últimos anos, a literatura sobre o assunto tem procurado demonstrar que o uso efetivo das tecnologias e o contexto local

de aplicação dos programas são indissociáveis do acesso para conceituar inclusão digital. No entanto, acreditamos que uma coisa não prescinde da outra.

Silveira (2001), ao defender a inclusão digital na sociedade, afirma que esta

é fundamental não apenas por motivos econômicos ou de empregabilidade, mas também por razões sociopolíticas, principalmente para assegurar o direito inalienável à comunicação (SILVEIRA, 2001, p. 30).

Portanto, estar incluído digitalmente, hoje, é condição essencial para a vivência nessa sociedade.

Diante disso, é necessário refletir tanto sobre a questão da ambivalência entre tecnologia e inclusão/exclusão social quanto sobre o papel da inclusão digital na sociedade contemporânea, uma vez que apesar do acesso a informação desembocar em educação, cultura e conhecimento, ainda assim não gera igualdade na distribuição das ferramentas tecnológicas para acesso a essa rede de conhecimento e apropriação desse conhecimento, e ainda, essa desigualdade de acesso contribui para um aumento da desigualdade social.

É certo que a disponibilidade do acesso às TICs é requisito inicial necessário para que haja inclusão digital, no entanto, ela por si só não é suficiente. É importante destacar que além da desigualdade existente no acesso às TICs, também existem desigualdades na forma como estas são usadas. Muitas vezes essas desigualdades são decorrentes de um contexto social marcado pela carência de várias condições, inclusive de refletir criticamente sobre o tipo de acesso que se tem ou que é disponibilizado.

Fazer inclusão digital para além do acesso é algo muito complexo, é preciso promover uma mudança do público alvo da função de meros espectadores, consumidores da tecnologia, para a de produtores de informação e conhecimento. A disponibilização do acesso deve ser acompanhada de ações educativas que promovam a transformação social e uma vivência que considere a apropriação entre internet e usuários.

Muitas ações de inclusão digital trazem em sua essência um discurso que defende a igualdade social como consequência da informatização, ou seja, nestes casos, sugere-se que estar incluído digitalmente é estar incluído socialmente. Essas ações não levam em conta que, a exclusão digital não pode estar desassociada de outros tipos de exclusão para além dos processos informacionais, tais como educação, saúde, cultura,

lazer, alimentação.

Podemos considerar como certo, hoje, que a inclusão digital é requerimento básico para a formação do cidadão, sendo elemento fundamental não só ao exercício à cidadania, mas, sobretudo à vida profissional, ao universo do trabalho, uma vez que “ele pode ser compreendido como subordinação definitiva da cultura humana aos imperativos da produção heterônoma e do lucro.” (CAZELOTO, 2008, p 35).

Na medida em que a expansão do acesso as tecnologias vai se ampliando, começamos a observar seus efeitos sociais, ou seja, a discussão sobre a inclusão digital começa a tomar outro caminho, preocupando-se agora com o uso ou a aplicação que está sendo feita dessa tecnologia e das informações acessadas. A partir de então há o surgimento de outras análises sobre a inclusão digital.

Portanto, incluir digitalmente os sujeitos implica reconhecer mecanismos complexos que considerem a apropriação crítica e reflexiva dos fenômenos técnicos, levando em conta a dinâmica da autoria, da partilha e gestão de conhecimentos, da valorização e ampliação da cultura e do respeito à diversidade e que promove mudança e transformação social e produção de conhecimento, considerando o contexto local e global desses sujeitos.

### **Inclusão Digital na Periferia do Recife**

Dentro de uma realidade periférica, onde há um baixo nível de desenvolvimento educativo, econômico e cultural, o que significa inclusão digital e o que é ser incluído digitalmente? Para responder a essas questões argumentamos que o contexto social local deve ser considerado, pois o contexto local de aplicação dos programas e projetos é indissociável do acesso para conceituar inclusão digital.

A consideração do contexto de uso das tecnologias é condição necessária também para avaliar os Programas e Projetos de inclusão digital na periferia, sejam eles promovidos pelo setor governamental, não-governamental ou privado. O reconhecimento do contexto traz impactos significativos e diretos na comunidade. Quando o contexto social é respeitado, as ações de inclusão consideram a cultural local, possibilitando assim a partilha de conhecimentos, a valorização e a ampliação da cultura, a partilha do respeito à diversidade e a dinâmica da autoria (LEMOS, 2004). Ou seja, o contexto pode determinar o tipo de apropriação que os sujeitos fazem da internet

e de seus recursos sociais.

Quando se implanta um programa de inclusão digital numa comunidade, considerando seu contexto e peculiaridades existentes nas relações sociais deste, passa-se a contemplar também o papel político desempenhado pelas comunidades atingidas pelos programas. Para isso, será preciso considerar o contexto de uso da tecnologia e os contextos social, educacional, econômico e político. Feito isso, as pessoas atendidas pelos programas e projetos de inclusão digital passam a ser vistas como ativas na interação da tecnologia, responsáveis pela produção de conteúdo, informação e conhecimento que também podem ser utilizados em benefício coletivo daquela comunidade.

A Prefeitura do Recife tem buscado concentrar esforços no que tange a inclusão digital dos cidadãos. Com o objetivo de concretizar a inclusão digital na cidade, a Prefeitura do Recife, através da Secretaria de Educação criou a Escola Itinerante de Informática<sup>1</sup>. Este projeto é uma iniciativa da Prefeitura visando combater a exclusão digital e dar oportunidade de formação para o jovem que procura o primeiro emprego. Os locais alcançados pelo projeto são escolhidos pela própria população, através do Orçamento Participativo.

A Escola Itinerante de Informática da Prefeitura do Recife tem como objetivos: combater a exclusão digital; formar o jovem que procura o primeiro emprego; profissionalizar os jovens para inserção no mercado de trabalho; possibilitar o acesso a novas técnicas de comunicação e informação; fazer dos jovens indivíduos ativos na comunidade. Ainda, segundo a Prefeitura do Recife, “As unidades móveis proporcionam maior alcance, permitindo que o projeto chegue às comunidades mais distantes. A inclusão digital é garantida pela gratuidade e pelo fácil acesso” (Prefeitura do Recife).

Outra característica importante de destacar, é que a EII utiliza softwares livres, o que nos dá um indicativo de que ela considera, em tese, o processo de autoria e colaboração e construção de conhecimentos, uma vez que a filosofia do uso de software livre está baseada na horizontalidade desses processos.

---

<sup>1</sup> Composta por seis ônibus laboratório que percorrem as comunidades oferecendo à população espaços de formação em informática e Internet. A Rede Municipal atua numa perspectiva de trabalhar junto à população os recursos tecnológicos como instrumentos para fortalecimento da cidadania e atendimento às demandas da comunidade. Cada veículo, climatizado e equipado com elevador para cadeirantes, 13 computadores, TV, vídeo, som, scanner, impressoras, circula pelas RPA de acordo com as demandas das plenárias do Orçamento Participativo permanecendo dois meses em cada local (página da Prefeitura do Recife).

Não há como negar os avanços na proposta para uma inclusão para além de uma prática difusionista e de uso das novas TICs. Na medida em que esse projeto é desenvolvido e utilizado como bandeira para uma política social inclusiva, cabe perguntar: o que é inclusão digital e o que é ser incluído digitalmente no contexto deste projeto? É por isso que para este artigo, realizaremos uma análise de conteúdos (BARDIN, 1977) de entrevistas realizadas com alunos da Escola Itinerante de Informática recife.com.jovem (EII), procurando obter dos mesmos o que para eles significa inclusão digital e ser incluído digitalmente dentro de uma realidade periférica.

## Metodologia

Para a realização deste estudo elegemos como sujeitos uma turma de alunos que estava finalizando o Curso de Telemática e Cidadania oferecido pela Escola Itinerante de Informática.

Quanto ao instrumento de coleta de dados optamos pela realização de uma entrevista estruturada, que segundo Pádua (2000), é um “esquema de entrevista estruturada (padronizada) quando o entrevistador usa um esquema de questões sobre um determinado tema, a partir de um roteiro (pauta), previamente preparado.” (PÁDUA, 2000, p. 67).

As perguntas eram abertas e fechadas de múltipla escolha, onde os alunos deveriam responder sobre hábitos de uso e utilização das novas tecnologias, bem como perguntas sobre o que é inclusão digital, se ele se sentia incluído digitalmente, quais serviços ele procurava na rede, como ajudaria uma pessoa a fazer um currículo e como realizar uma busca utilitária na internet.

Esses dados foram coletados através de um formulário eletrônico feito no Gdocs<sup>2</sup> que foi compartilhado com os alunos através do seu endereço eletrônico. Resolvemos utilizar esse tipo de formulário pensando na possibilidade de utilizar na

---

<sup>2</sup> O Google Docs é um pacote de aplicativos do Google baseado em [AJAX](#). Funciona totalmente on-line diretamente no [browser](#). Os aplicativos são compatíveis com o [OpenOffice.org/BrOffice.org](#), [KOffice](#) e [Microsoft Office](#), e atualmente compõe-se de um processador de texto, um editor de texto de apresentações, um editor de planilhas e um editor de formulários. Originalmente, o processador de texto foi desenvolvido à parte, sob o nome *Writely*, e comprado pelo Google meses depois. Alguns dos recursos mais peculiares são: a portabilidade de documentos, que permite a edição do mesmo documento por mais de um usuário e o recurso de publicação direta em blog. Os aplicativos permitem a compilação em PDF. [http://pt.wikipedia.org/wiki/Google\\_Docs](http://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Docs).

prática recursos de informática aprendidos pelos alunos no Curso de Telemática e Cidadania.

As perguntas eram enviadas via e-mail ao aluno a partir deste formulário eletrônico. Após responderem ao formulário, na presença da pesquisadora, os alunos já enviavam as respostas online que no mesmo instante já estavam disponíveis na planilha de dados da pesquisadora.

Quanto ao instrumento de análise de dados, utilizamos a técnica da Análise de Conteúdo (AC), que segundo Bardin (2009) é

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2009, p. 42).

Após recebimento das respostas, realizamos a AC com o intuito de revelar qual é a concepção de inclusão digital dessa turma de alunos ao finalizar o Curso. Esta análise vai possibilitar alcançar diretamente o que existe por trás do que se diz.

Num primeiro momento, organizamos as respostas e codificamo-as para poder iniciar a etapa seguinte: a Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades. Esta etapa consiste em reler cuidadosamente os materiais com a finalidade de definir as unidades de análise. Nesse sentido, relemos respostas elencando as unidades de registro para, em seguida, iniciar a próxima etapa: a Categorização ou classificação das unidades em categorias. Esta fase está relacionada ao processo de agrupar dados, considerando a parte comum existente entre eles. Assim, reunimos as unidades de registro respostas analisadas e definimos as categorias de análise.

A Descrição, próxima etapa da AC, consiste em definir categorias, identificando o material de cada uma delas, comunicando o resultado. Sendo assim, neste momento, discutimos cada uma das categorias à luz da fundamentação teórica; e por último, realizamos a última etapa da AC segundo Moraes (1999), é a Interpretação, que consiste em ir além do descrever, mas fazer inferência, procurando a compreensão mais aprofundada do conteúdo das mensagens (MORAES, 1999).

## **Resultados e Análise**

A turma entrevistada foi composta por seis (6) jovens entre 15 a 20 anos, três (3) eram do sexo masculino e três (3) do sexo feminino. Quatro (4) concluíram o Ensino Médio, um (1) ainda estava cursando o 2º ano do Ensino Médio e um (1) estava cursando a 8ª série do Ensino Fundamental II. Todos eram moradores da comunidade onde a Escola Itinerante de Informática estava (uma comunidade de periférica e de baixa renda, com índices de violência altos).

Ao considerar esse contexto a EII acredita que a inclusão digital é concebida como a falta de capacidade técnica, social e econômica. Contempla apenas o aspecto social da exclusão onde o importante é a integração das classes menos favorecidas, considerando a inclusão digital um fator de auxílio para a inclusão social.

Todos declararam que gostavam de ler e tinham o hábito de ler livros (5 deles), revistas (4 deles) e jornais (2 deles). Dentre as informações mais consultadas pelos jovens entrevistados, nesses meios de comunicação que eles costumam ler, estão: esportes (3); atualidades e empregos (2); culinária, educação, cultura e saúde (1). Isso evidencia que os alunos procuram informações atuais que fazem parte da sua realidade e são do seu interesse.

Ao responderem sobre o interesse em participar do Curso de Telemática e Cidadania, cinco (5) responderam que buscavam melhor qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho; três (3) responderam que queriam ter acesso à informação e apenas um (1) queria aprender mais sobre os conteúdos escolares e conhecer mais sobre o computador. Nenhum deles trabalhava no período da coleta de dados dessa pesquisa.

Isso nos traz claramente a ideia que os alunos acreditam que o Curso irá possibilitar o fácil acesso às TICs (inclusão digital); o acesso ao mercado de trabalho e de formação para o trabalho (empregabilidade e profissionalização); volta aos estudos (educação) e a inclusão social (cidadania). Todos esses objetivos estão em sintonia com o que Cazeloto (2008) nos traz a respeito de alguns objetivos centrais dos programas sociais de inclusão digital, a saber: ampliação de mercados; formação de mão-de-obra de baixo custo (CAZELOTO, 2008, p. 150).

Embora apenas um (1) estudante tenha respondido que procurou o curso pra saber mais sobre os conteúdos escolares, todos seis (6) entrevistados afirmaram que buscam informações para realizar suas pesquisas escolares na internet e três (3) utilizavam também o livro didático. Demonstrando uma concepção de inclusão digital



que considera que o sujeito está inserido de forma induzida através do uso do computador e da internet.

Segundo Van Acker (2009), “a internet oferece a possibilidade de acesso à informação, mas sem algum grau de competência a busca será frustrada” (VAN ACKER, 2009, p. 93). Ou seja, o insucesso na obtenção de emprego, ou na vida escolar, não vem da falta do domínio das ferramentas computacionais, mas está ligada diretamente aos aspectos cognitivos, provenientes de uma cultura e um sistema educacional de pouca qualidade.

Em relação aos meios de comunicação mais utilizados por eles, todos seis (6) utilizam o telefone celular e o MSN (bate-papo) para tal fim; cinco (5) utilizam o Orkut (site de relacionamentos) e três (3) utilizam o endereço eletrônico (email).

Já dentre os serviços utilizados por eles na internet, seis (6) utilizam o email e o Orkut; quatro (4) procuram emprego; e dois (2) buscam informações de localização em mapas; outros serviços foram escolhidos apenas uma vez por eles, como...(colocar alguns exemplos desses serviços citados). Essas informações comprovam que os jovens estão incluídos no contexto das redes sociais, mas será que estão utilizando essas redes para fins de aprendizagem, troca e produção de conhecimentos? Isso deve ser mais explorado nos programas e projetos de inclusão digital, pois sem informação e produção de conhecimento, que desemboca em educação e cultura, não se contribui para a desigualdade social nem digital.

Em relação ao que é inclusão digital, a metade dos alunos entrevistados (3) afirma que é o acesso a internet e aos recursos tecnológicos e a outra metade afirma que é o acesso ao conhecimento dos recursos do computador. Já quando perguntados sobre o fato de se sentirem incluídos digitalmente, todos seis (6) responderam que se sentem sim incluídos digitalmente, dando as seguintes respostas: “estou me interagindo muito bem”; “tenho acesso a internet e sei como usar alguns recursos da internet e também como isso pode me ajudar na minha vida profissional”; “Sinto que a cada informação que me é dada estou sendo incluída”; “tenho uma noção básica sobre esse ramo”; “pq eu tenho acesso a internet e computadores”. (Respostas dos entrevistados).

Isso nos dá um indicativo de os alunos estão apenas considerando inclusão digital enquanto acesso e uso do computador e internet. Levando em conta meramente os aspectos técnicos e não outros aspectos necessários para uma inclusão digital mais efetiva, como os cognitivos, por exemplo. Eles acreditam que ao ter acesso, ao saber manusear e ao utilizar a tecnologia, automaticamente, estarão incluídos digitalmente.

Acreditam também que a inclusão digital vai proporcionar uma melhoria na qualidade de vida e possibilitar a inserção e melhor atuação do indivíduo no mercado de trabalho, bem como sua inclusão social.

É preciso, no entanto, estar atento ao que Cazeloto (2008) afirma: “a inclusão digital não pode ser associada mecanicamente à inclusão social, nem ao desejo de igualdade.” (CAZELOTO, 2008, p. 149). Ou seja, é necessário superar as dicotomias “inclusão/exclusão” social e digital de “ter ou não ter” acesso às TICs, e ir além refletindo sobre o porquê e para quê dos programas de inclusão digital, buscando analisar a quem esses programas se destinam e quais perdas e ganhos eles podem trazer.

Ao serem perguntados sobre o que eles esperam ao término do Curso, cinco (5) querem ser capaz de compreender os desafios da sociedade contemporânea; três (3) saber acessar a internet e ser autor do seu próprio conhecimento; dois (2) querem exercer uma prática social transformadora e consciente, ter capacidade financeira de adquirir e manter computadores, poder custear acesso a rede e a software básicos; apenas um (1) respondeu que quer ter destreza no manuseio do computador e ter autonomia e independência no uso das TICs.

Apesar dos alunos esperaram compreenderem mais os desafios da sociedade contemporânea, a maioria das iniciativas dos programas e projetos de inclusão digital está mais voltada para o aspecto técnico e instrumental do uso e do acesso às novas TICs. Parecem considerar apenas os aspectos benéficos da tecnologia como mérito do processo de inclusão social, não levando em conta outros aspectos que atuam em conjunto com ela, tais como as dimensões cognitiva e política da inclusão social e o efetivo uso das TICs que priorizam a produção do conhecimento. Como se processo de consumo da tecnologia já garantisse um processo de transformação cultural.

Assim, concluímos que os resultados demonstram que os jovens participam de redes sociais na internet e utilizam recursos digitais variados. Além disso, consideram-se incluídos digitais e esperam, dessa inclusão, poder estar preparados para os desafios da sociedade contemporânea. Entretanto, a visão dos mesmos sobre as possibilidades dessa inclusão se resume, basicamente, à instrumentalização técnica dos recursos e inserção no mercado de trabalho, o que pode ser considerado um aspecto da inclusão digital. Essa visão, entretanto, desconsidera outros aspectos necessários a uma inclusão digital efetiva, como a dimensão cognitiva e a dimensão política. Entretanto, ainda é necessário um esclarecimento geral, não apenas para os ofertantes dos projetos de inclusão digital, mas também para a sociedade em geral, das possibilidades de inserção

social que a inclusão digital pode oferecer.

### **Algumas Considerações Iniciais**

A disponibilização das ferramentas e de uma infraestrutura tecnológica adequada pode contribuir para o processo de inclusão digital. Mas, apenas o acesso às TICs, *per se*, não garante a inclusão digital. Para que o acesso às TICs gere uma transformação do uso efetivo das mesmas, os sujeitos devem produzir conhecimento e informação de forma crítica, reflexiva e criativa; deixar de ser apenas meros consumidores e receptores das TICs; deixar de ser adestrados e instrumentalizados em informática. E tudo isso só será possível quando os sujeitos passarem a serem autores da produção do seu próprio conhecimento e informação.

Na elaboração de programas e projetos de inclusão digital, as questões sociais, políticas e econômicas da inclusão digital devem ser consideradas. Elas oportunizam uma efetiva inclusão digital. No entanto, será necessário levar em conta o contexto das comunidades onde esses programas e projetos serão inseridos. O reconhecimento do contexto traz impactos significativos e diretos na comunidade. Quando ele é respeitado, as ações de inclusão digital passam a considerar a cultural local, possibilitando a partilha de conhecimentos, a valorização e a ampliação da cultura, a partilha do respeito à diversidade e a dinâmica da autoria (LEMOS, 2004).

### **Referências**

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.

CAZELOTO, Edilson. **Inclusão digital: uma visão crítica**. São Paulo: Ed. SENAC, 2008.

LEMOS, André. Cibercidade. Um modelo de inteligência coletiva. In: LEMOS, André (org). **Cibercidade: as cidades na cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora E-Papers Serviços Editoriais, 2004.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Educação**. Ano XXII, N° 37(1999), pp. 7-31.

PREFEITURA RECIFE. <[http://www.recife.pe.gov.br/2007/07/02/mat\\_144795.php](http://www.recife.pe.gov.br/2007/07/02/mat_144795.php)>. Acessado em 23/10/2008.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos estudos – CEBRAP**. São Paulo, nº 72, Jul. 2005. Disponível em: <HTTP://www.scielo.br. acesso em 26 de janeiro de 2010.

VAN ACKER, Maria Teresa Viana e RABIA, Selim (Orgs.). **Inclusão digital e empregabilidade**. Brasilianna Passarelle. São Paulo: Editora SENAC, 2009.

WARSCHAUER, Mark. **Tecnologia e inclusão social**: a exclusão social em debate. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Editora SENAC, 2006.